

■ NACIONAL

FMI e G-10 devem anunciar ajuda até amanhã

Brasil ainda tem que detalhar garantias, que podem incluir os recebíveis da Eletrobrás e as receitas da privatização do setor elétrico

Maria Helena Tachinardi*
de Washington

O acordo do Brasil com o Fundo Monetário Internacional (FMI), cujas negociações começaram em setembro, deverá ser selado entre hoje e amanhã. A expectativa era que um entendimento fosse alcançado até o final de semana. Mas, faltava detalhar as garantias reais que o País oferecerá ao G-



Michel Camdessus

lembrou também que o Conselho Nacional de Desestatização deve aprovar, esta semana, a modelagem para a privatização do setor elétrico. Mas, só a partir de março do ano que vem as empresas estarão em condições de serem privatizadas.

A contribuição do G-10 está sendo coordenada pelo Banco de Compensações Internacionais (BIS), o banco central dos bancos centrais,

com sede na Basileia (Suíça). O Brasil e o México são os únicos países da América Latina membros efetivos do BIS, ao qual aderiram recentemente junto com Rússia, China, Hong Kong, Coreia, Cingapura, Índia e Arábia Saudita. No total são 41 os membros do banco.

Depois de ter estado sexta-feira e sábado em Washington, para conversas técnicas com o FMI, o presidente do Banco Central (BC), Gustavo Franco, viajou para a Basileia, onde participará hoje da reunião mensal do BIS. O secretário de Política Econômica e o secretário de Assuntos Internacionais do Ministério da Fazenda, Amaury Bier e Marcos Caramuru de Paiva, que plane-

javam voltar ao Brasil sexta-feira passada, permanecem até ontem à tarde na capital americana, para concluir a negociação com o Fundo.

Nem Camdessus nem Stanley Fischer, o número dois na hierarquia do FMI, estavam em Washington na sexta-feira, quando Gustavo Franco chegou. Um porta-voz do órgão informou que ambos não se envolvem diretamente nas negociações técnicas com o Brasil, conduzidas por Teresa Ter-Minassian, vice-diretora do Departamento do Hemisfério Ocidental. "Camdessus e Fischer dão apenas uma pincelada, mas a discussão vai adiante sem a presença deles", comentou.

No período entre o anúncio do acordo e o seu endosso pelos diretores do Fundo, a equipe econômica

brasileira percorrerá os EUA, a Europa e o Japão para detalhar o programa de estabilidade fiscal a investidores e governos do G-10. Os bancos privados americanos estão esperando que o governo peça ajuda ao invés de oferecê-la espontaneamente.

Nesta quinta-feira, em reunião da assembleia de governadores do BID, o seu presidente, Enrique Iglesias, defenderá a aprovação de uma

linha de crédito de emergência de US\$ 10 bilhões para países da América Latina afetados pela crise financeira. Só para o Brasil o banco prevê desembolsar US\$ 4,5 bilhões, para reformas estruturais e programas sociais. Desse montante, US\$ 3,4 bilhões serão recursos novos, uma vez que US\$ 1,1 bilhão já foi comprometido em setembro, no contexto de um programa de apoio a pequenas e médias empresas, coordenado pelo

Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

Normalmente, a prioridade do Banco Interamericano de Desenvolvimento são os países de menor desenvolvimento relativo da região. Mas, nesta etapa de turbulência financeira, os que necessitam de ajuda são os mais desenvolvidos, como o Brasil. Por isso, Iglesias pedirá aos governadores que aceitem alterar as regras sobre financiamentos "por

um período de emergência". Os empréstimos do BID e do Banco Mundial custarão mais caro do que os tradicionais, mas serão desembolsados rapidamente e não exigirão contrapartida em moeda local. Tão logo o acordo com o FMI seja anunciado, o governo deverá solicitar formalmente os recursos aos dois bancos multilaterais e detalhar como serão utilizados.

*Colaborou Cíntia Sasse

Créditos somam cerca de US\$ 40 bi, sendo US\$ 15 bi do FMI, US\$ 9 bi do BIRD e do BID e US\$ 15 bi a US\$ 20 bi do G-10

O diretor gerente da instituição, Michel Camdessus, disse na sexta-feira que "provavelmente estaremos em condições de anunciar um programa muito forte, confiável e sólido com o Brasil".

Na carta de intenções, o governo brasileiro detalhará o montante necessário para o ajuste fiscal. "O dinheiro só estará disponível, entre-

tanto, quando o acordo for aprovado pela diretoria do FMI", explicou um funcionário da entidade. Isso deve acontecer antes do próximo dia 26, feriado de "Thanksgiving" (Ação de Graças)

Entre as possibilidades de garantias do Brasil ao G-10 incluem-se os recebíveis da Eletrobrás e as receitas futuras da privatização do setor elétrico. Até o final do ano, a Eletrobrás deve transferir para a União os recebíveis de Itaipu, no limite de US\$ 16,5 bilhões. Segundo o diretor-financeiro da Eletrobrás, Paulo Roberto Pinto, esse é um ativo de qualidade, indexado em dólar. Ele